



da Organização
dos Trabalhadores Comunistas no Sector da Vigilância da OR Lisboa

BOLETIM FEV/MAR 2012

**Todos na Greve Geral de 22 de Março.
O Futuro conquista-se, não se aceita passivamente!**

Pela mão do PSD e do CDS, com a vergonhosa colaboração do PS, os patrões querem usar o seu governo e a sua maioria, na Assembleia da República para "varrer" o que resta dos nossos direitos e aplicar nas empresas o sujo "acordo" que assinaram com a UGT, nas reuniões de "concertação".

O conteúdo deste "acordo", denunciado e firmemente repudiado pela CGTP, só serve para prosseguirem com o roubo aos rendimentos do trabalho e destruírem os nossos direitos, enquanto os banqueiros e os grandes monopolistas esfregam as mãos de satisfação:

- A eliminação de dias feriados.
- O corte de 3 dias no tempo das férias e a sua marcação arbitrária pelos patrões.
- O banco de horas individual, para mais facilmente poderem pressionar o trabalhador.
- A redução para metade do pagamento das horas extraordinárias e eliminação do descanso compensatório.
- A facilitação dos despedimentos individuais, sem justa causa e com drástica redução no valor das indemnizações.
- A diminuição do valor e do tempo de duração do subsídio de desemprego.
- A mobilidade geográfica e funcional imposta à vontade do patronato.

Com esta política e este "acordo" querem mais exploração e a destruição dos postos de trabalho:

Desemprego

2001	2012
1º Código do Trabalho 330.000	Onze anos depois 1.200.000

Em resposta os trabalhadores portugueses realizaram no dia 11 de Fevereiro, no Terreiro do Paço em Lisboa, uma grandiosa jornada de luta e que constituiu uma elevada demonstração de unidade, combatividade e consciência de classe.

Centenas de milhares de assalariados, de todos os segmentos profissionais, acompanhados por muitos reformados, muitos jovens precários e desempregados, muitos micro-empresários, muitos intelectuais, todos se uniram nessa memorável jornada de protesto e luta, determinados a combater a violenta ofensiva do governo das "troikas" contra todos os que trabalham, para benefício de uma ínfima minoria que quer continuar a sugar o povo e que arrasta cada vez mais o país para o abismo da recessão económica.

Pela defesa dos nossos direitos e dos direitos dos nossos filhos!

No próximo dia 22 de Março todos temos que responder: **"Pronto!"** à Greve Geral convocada pela CGTP.
Porque a luta é de todos, por todos e para todos!

22 MARÇO 2012

**GREVE
GERAL**

Os vigilantes rejeitam mais exploração e não aceitam ser “pau para toda a obra”!

Os vigilantes são remunerados muito abaixo do trabalho que lhes é exigido no desempenho de uma profissão difícil, com horários e descansos mais exigentes que os da generalidade dos restantes trabalhadores, com os riscos próprios de uma actividade na área da Segurança. **Sabemos que, em geral, os clientes pagam às empresas de segurança duas e três vezes mais do que estas nos pagam a nós!** É por isto que os lucros das empresas não param de crescer, atingindo dezenas e mesmo centenas de milhões de euros por ano. Pudera! - saem dos nossos bolsos!

Perante a mais comprometida e descarada passividade da Autoridade de Inspeção do Trabalho, prolonga-se o horário diário de trabalho de 8 horas, um direito que está consagrado no C.C.T, até às 10h e mesmo 12h, não permitindo o justo descanso e convívio com as famílias e sem qualquer pagamento de horas extra! No melhor dos casos, estas horas de trabalho são depois compensadas por dias de descanso forçado, marcados quando as empresas entendem e, no pior dos casos, são feitas sem qualquer retribuição.

Os turnos são frequentemente cumpridos em péssimas condições, sempre de pé, de noite e ao relento, sem guaritas ou qualquer protecção, nalguns casos sem pausas para satisfazer necessidades fisiológicas, sem condições mínimas para as refeições e sequer para a mudança de roupa! **Muitos destes colegas exercem funções como rondistas e não recebem o correspondente subsídio.**

Também existem inúmeras situações de **incumprimento da obrigação patronal do pagamento dos subsídios de refeição conforme o nº de dias de trabalho**, como determina o nosso C.C.T..

Os vigilantes são transformados em objectos pelos patrões, sendo colocados e transferidos a bel-prazer das chefias, com escalas alteradas sem aviso prévio, muitas vezes como medida punitiva e intimidatória sobre quem, sentindo-se atingido na sua dignidade de trabalhador, levanta a voz em defesa dos seus justos direitos.

Desrespeitando a legalidade, **muitas empresas do sector acordam com os clientes a prestação de serviços e trabalhos de todo o tipo pelos vigilantes, forçando-os a desempenhar tarefas profissionais que não lhe cabem**, até mais bem remuneradas no mercado de trabalho e liquidando postos de trabalho de outros trabalhadores.

Há vigilantes a aceitar realizar o trabalho de recepcionistas, telefonistas, administrativos, operadores de venda de títulos de transporte, revisores de transportes rodó e ferroviários - chegam mesmo a passar as multas! -, repositores de produtos em áreas comerciais, guardas aeroportuários de alfândega, estafetas, contínuos, etc, etc! São práticas de trabalho da “lei da selva”. **Isto tem que acabar: ou somos contratados como vigilantes, para desempenhar as nossas funções próprias, ou somos contratados como profissionais de outras actividades e então somos remunerados como tal!**

Com a conivência do governo, as empresas com alvará de Segurança Privada, intensificando a exploração através dos baixos salários que pagam, usando e abusando da precariedade dos postos de trabalho, colocam os seus vigilantes na condição de “paus para toda a obra”! Só a nossa luta organizada travará estes abusos e ilegalidades.

Desrespeitadas as Regras do Exercício da Profissão de Vigilante

Falta Fiscalização! A falta de uma fiscalização séria da actividade das empresas e do desempenho profissional dos vigilantes, vem permitindo todos os atropelos:

- Em numerosos casos o equipamento de proteção individual (coletes reflectores e mesmo capacetes) chegam a ser exemplares únicos numa portaria e servem para todos os que ali trabalham, ao invés de serem materiais de uso individual.
- Há clientes que procuram exigir que o vigilante exerça actividades para as quais não está contratado nem credenciado – parquear viaturas, limpeza dos locais, tratar de plantas, etc - e se este recusa legitimamente cumpri-las fazem queixa e pedem a sua transferência, sem que o mesmo possa apelar ou sequer obter informação da razão pela qual é transferido do seu posto.
- As regras contratuais são aplicadas e interpretadas “à vontade do dono”, isto é, os vigilantes são a parte desprotegida no conflito de competências entre as empresas clientes e as empresas de vigilância, ficando entregues a si mesmos e, por vezes, chegando ao absurdo de terem que constituir advogado às suas custas, para se defenderem em tribunal!
- Em numerosos locais de trabalho, continuamos à espera de receber os nossos cartões profissionais meses e meses, nalguns casos anos, apesar de já os termos pago!

Não podemos continuar nisto. Os direitos contratuais e disposições legais do exercício da nossa profissão, incluindo a posse do cartão de identificação para tal, devem ser integralmente cumpridos pelas empresas e pelo Estado!



**Falta Formação Profissional a muitos Vigilantes, adequada e em boas condições!
A nossa formação deve ser contínua e especializada para as funções de cada um!**

Nos termos da legislação em vigor, as empresas estão obrigadas a ministrar formação adequada, quer inicial, quer de acordo com a especificidade das tarefas que cada um desempenha, quer de actualização. Muitas são as empresas que admitem os trabalhadores ao seu serviço, entregam-lhes um fardamento e nomeiam-nos para os postos sem os dotarem dos conhecimentos e competências necessários!

A elevação das capacidades e das habilitações do vigilante são uma obrigação das empresas, dotando os trabalhadores ao seu serviço dos meios, dos tempos e dos espaços apropriados para a sua formação profissional e cívica, de forma contínua e ao longo da sua vida de trabalho.

A actividade do Sindicato tem que mudar, pela nossa acção e para a defesa intransigente dos nossos direitos.

A filiação no Sindicato do Sector e o exercício dos nossos direitos sindicais são o caminho para nos unirmos e mobilizarmos para a luta em defesa dos nossos interesses como trabalhadores.

À direcção do Sindicato cabe o dever de informar permanentemente os seus associados, através de reuniões e contactos nos locais de trabalho, discutindo directamente connosco, ouvindo o que pensam e reivindicam os sócios, quais são os problemas e as violações da legalidade e das condições contratuais colectivas do sector, lançando propostas e iniciativas de luta que unam e mobilizem todos os vigilantes para a acção, para a luta pelos nossos direitos!

Informações dispersas, acerca de encontros no Ministério do Trabalho e notícias sobre “negociações” com os patrões, enquanto as empresas praticam a lei da selva, já não bastam!

Não bastam as informações sobre reuniões e encontros dos dirigentes sindicais com as administrações das empresas e com o Ministério. Sabemos que isso, ano após ano, não basta. Se as empresas se mostram surdas ao diálogo e o governo se faz desentendido da situação existente no nosso Sector, então temos que reivindicar colectivamente, juntos e organizados e exigir o respeito pelos nossos direitos. Essa é a função principal do Sindicato, para o qual descontamos as nossas quotizações sindicais. O Sindicato é a nossa organização de classe, é de todos os seus associados.

O Sindicato deve ser um instrumento nas nossas mãos, para organizar toda a actividade de esclarecimento e denúncia do muito que continua mal e para estabelecer e organizar as nossas lutas!

Todos podemos e devemos contribuir para reforçar a actividade do Sindicato, sindicalizando outros camaradas de trabalho, elegendo os nossos delegados sindicais nos locais de trabalho, levantando materiais informativos na sede – e reclamando mais informações e mais comunicados, sempre que eles faltam – e participando nas assembleias e reuniões que sejam convocadas – e se estas o não são, devemos ir ao Sindicato exigir que o sejam. **O Sindicato somos nós todos, não é a sua direcção, e só unidos e mobilizados poderemos exigir respeito pelos nossos direitos.**

O PCP é o Partido da Classe Operária e de Todos os Trabalhadores - É o Teu Partido. Adere ao PCP!

Vem participar tu também, de corpo inteiro, numa actividade política partidária séria, justa, responsável e que não pactua com o actual estado de degradação, de corrupção, de destruição do nosso país e de miséria para os trabalhadores e o povo. Vem participar na luta contra as criminosas políticas da “troika” dos partidos – PSD, CDS, PS – que há mais de 36 anos arruinam Portugal e os portugueses. **Reforça o teu Partido. Vem participar numa luta política de classe, justa e que vale a pena! Junta-te a nós. Filia-te no PCP!**



Avenida da Liberdade, n.º 170, Lisboa
213 307 061
sector_vpl@dorl.pcp.pt